

Pauta Feminina: “Independência econômica: superar obstáculos para prevenir violências e promover autonomia” - Brasília/DF - 26/07/2018

A Procuradora da Mulher do Senado Federal, Vanessa Grazziotin, a Coordenadora da Bancada Feminina da Câmara dos Deputados, Soraya Santos e a a Procuradora da Mulher na Câmara dos Deputados, Gorete Pereira, têm a honra de convidar para para o encontro Pauta Feminina, edição de julho de 2018.

“Independência econômica: superar obstáculos para prevenir violências e promover autonomia”



Câmara dos Deputados quer ser ouvida em ação sobre aborto no STF

Rodrigo Maia nega omissão e indica dois advogados da Casa para atuar no julgamento

[\(O Globo, 18/07/2018 - acesse no site de origem\)](#)

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), não quer

ficar de fora do debate sobre a descriminalização do aborto, em curso no Supremo Tribunal Federal (STF). Na última segunda-feira, ele indicou dois advogados da Câmara para representarem os deputados em ação na qual o PSOL pede que a interrupção da gravidez seja permitida até a 12ª semana de gestação. A informação foi revelada esta terça-feira pela colunista Lydia Medeiros, no GLOBO.

Em parecer assinado por Maia e enviado à Corte em abril do ano passado, a Câmara já tinha se manifestado pela manutenção das regras atuais, que permitem o aborto somente em caso de estupro, risco de morte para a mãe e anencefalia (má formação do cérebro). Além disso, na avaliação de Maia, só o Congresso pode mudar a lei.

Segundo Maia, os advogados Fernando Sabóia Vieira e Fábio Ramos de Araújo Silva poderão “promover a defesa das prerrogativas constitucionais da Câmara”. Em outro documento, assinado pelos dois advogados, é solicitado que a Câmara “seja previamente informada” sobre a data de julgamento, ainda não marcada, para que “possa formular pedido de sustentação oral” no plenário do STF.

— A nossa preocupação é que este é um tema do Legislativo. Não deveria o Supremo decidir, pois é assunto do Parlamento. Legislar ou não é uma decisão do Congresso — disse Maia ontem.

O PSOL apresentou a ação em março do ano passado pedindo a descriminalização do aborto até a 12ª semana de gestação. No mesmo mês, a relatora da ação, ministra Rosa Weber, pediu a opinião da Presidência da República, do Senado, da Câmara, da Advocacia-Geral da União (AGU) e da Procuradoria-Geral da República (PGR). Em abril de 2017, chegou ao tribunal um documento assinado por Rodrigo Maia. Ele destacou que o Legislativo não pode ser acusado de omissão, uma vez que há vários projetos sobre o tema no Congresso e que a Câmara já rejeitou um deles em 1991.

“Nessa medida, o marco legal da criminalização do aborto está adequado. Protege-se a vida, a dignidade da pessoa humana, fundamento maior da República Federativa do Brasil, independentemente da fase em que a gestação se encontra”, diz trecho do documento de abril do ano passado. No

mesmo texto, Maia destacou que a vontade do Congresso deve ser observada, “haja vista que representa a vontade do povo”.

Em junho, Rosa Weber marcou audiência pública para os próximos dias 3 e 6 de agosto, permitindo a participação de mais de 50 pessoas. Entre elas não havia nenhum representante da Câmara. O pedido dos advogados designados por Maia, no entanto, é para participar da sessão de julgamento, e não da audiência pública. Do Congresso, um representante da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família, que reúne deputados e senadores contrários à descriminalização do aborto, poderá expor seus argumentos na audiência pública. Outros autorizados por Rosa a participar do debate foram o Ministério da Saúde, defensorias públicas, entidades de classe que representam profissionais da saúde, acadêmicos, centros de pesquisa, associações de cunho religioso e entidades da sociedade civil. Cada um terá 20 minutos para falar.

O tema é caro à bancada religiosa, que, assim como Maia, quer que o assunto seja tratado exclusivamente no Congresso. O temor é que o STF possa promover a descriminalização. Há precedente para justificar essa preocupação. Em novembro de 2016, a Primeira Turma do STF mandou soltar médicos e funcionários de uma clínica clandestina de aborto, mas a decisão valeu apenas para esse caso. Na época, três ministros — Rosa Weber, Luís Roberto Barroso e Edson Fachin — entenderam que a criminalização do aborto até o terceiro mês da gestação não é crime.

André de Souza

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher tem nova presidência

e difícil tarefa de analisar aborto

Primeira reunião do colegiado para votação de projetos convocada pela nova presidente, Ana Perugini (PT-SP) será realizada nesta quarta-feira. A deputada Ana Perugini, do PT de São Paulo, assume o comando de comissão que trata dos direitos das mulheres e que poderá analisar o polêmico Estatuto do Nascituro (PL 478/08).

[\(Câmara dos Deputados, 07/05/2018 - acesse no site de origem\)](#)

A deputada foi eleita no final de abril para a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, umas das 25 comissões temáticas da Câmara. A primeira reunião para votação de projetos convocada por ela será realizada nesta quarta-feira (9).

Mesmo com o ano legislativo mais curto por conta do período eleitoral, Ana Perugini pretende levar o debate de gênero para os estados brasileiros.

“O que eu pretendo de mais importante nesse momento é levar a comissão pra fora das paredes da nossa Câmara Federal. Para que nós possamos também fazer audiências nos estados, nas localidades que forem indicadas pelos deputados, pelas deputadas que participam ou que não participam da comissão, mas que tenham temas relevantes, projetos relevantes em relação às mulheres.”

No ano passado, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher votou 81 projetos e 45 requerimentos, além de realizar 16 audiências públicas e três seminários. Entre os temas debatidos estiveram a Reforma da Previdência (PEC 287/16) no que se refere à equiparação entre homens e mulheres para fins de aposentadoria, a sub-representação feminina na Câmara e o sistema eleitoral brasileiro, e a inclusão da economia do cuidado, constituída por trabalhos domésticos como limpeza da casa e preparação de alimentos, no Sistema de Contas Nacionais. Este último tema está previsto em um projeto (PL 7815/17) que foi aprovado pela comissão no ano passado.

Ainda em 2017 vários projetos importantes passaram a tramitar na Comissão da Mulher. A própria comissão solicitou a redistribuição de alguns, e outros

foram redistribuídos a pedido de deputados. É o caso da proposta que cria o Estatuto do Nascituro, que busca assegurar ao feto o direito à vida desde a concepção, o que, na prática, pode levar à proibição do aborto em qualquer circunstância.

Segundo Masra de Abreu, assessora técnica do CFemea, Centro Feminista de Estudos e Assessoria, a redistribuição de propostas como essa fez com que a Comissão da Mulher ganhasse a importância devida.

“O Estatuto do Nascituro é um projeto muito crítico, ele está com a relatoria de um homem na Comissão da Mulher, e ele é um PL que atinge diretamente os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Ele está em tramitação desde 2007, ele já estava quase terminando o seu despacho, e aí foi conseguida a redistribuição pra ser debatido numa comissão em que deve ser debatido, que é sobre os direitos das mulheres diretamente.”

O relator da proposta na Comissão da Mulher é o deputado Diego Garcia, do Podemos do Paraná. A comissão se reúne nesta quarta-feira para votar propostas pela primeira vez neste ano. O primeiro item da pauta é justamente um requerimento de Diego Garcia, pedindo a realização de audiência pública para debater o Estatuto do Nascituro.

Veja a matéria na íntegra [aqui](#)

Reportagem - Paula Bittar - Rádio Câmara

Câmara aprova criação de banco de dados sobre entidades que

atendem mulheres vítimas de violência

A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (20) um projeto de Lei (PL 5000/16), do Senado, que cria a Política Nacional de Dados e Informações relacionadas à Violência contra as Mulheres (Pnainfo). Um banco de dados para reunir informações das entidades que atendem mulheres em situação de violência. O texto já havia sido aprovado no Senado, mas como foi alterado na Câmara, voltará para a análise dos senadores.

[\(Rádio Câmara, 23/03/2018 - acesse no site de origem\)](#)

O banco de dados vai registrar o local, a data, a hora da violência, o meio utilizado, a descrição da agressão e o tipo de violência; o perfil da mulher agredida, com informações sobre idade, raça/etnia, deficiência, renda, profissão, escolaridade, procedência de área rural ou urbana e relação com o agressor, bem como as características do agressor, entre outros dados.

O relator, deputado Lincoln Portela (PRB-MG), fez apenas uma alteração no texto original para substituir a palavra 'gênero' por 'sexo feminino'. Portela fala dos benefícios da medida:

“Nós temos por exemplo uma média de 368 delegacias. Nem sempre aquela delegacia que acaba cobrindo 15 cidades se preocupa em passar os dados para o estado, e o estado, com toda a sua burocracia, também não passa os dados para o Ministério da Justiça. Com isso (banco de dados) teremos uma celeridade maior, uma apuração melhor dos crimes e os tipos de crimes cometidos, por região.”

O texto define a violência contra a mulher como ato ou conduta praticados por razões relacionadas à condição de sexo feminino que causem morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher.

O financiamento caberá aos estados, Distrito Federal e Municípios que optarem por aderir a esse banco de dados. A criação da Política Nacional de Dados e Informações relacionadas à Violência contra as Mulheres vai ser

acompanhada por comitê federal formado por representantes dos três poderes.

Emanuelle Brasil

Nem metade de projetos para criança e adolescente atinge metas da ONU

Pesquisa da Abrinq revela que há mais propostas na Câmara e no Senado que retrocedem direitos já adquiridos

[\(Gazeta Online, 20/03/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Sete das 25 proposições legislativas que tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado, consideradas prioritárias para a proteção dos direitos da população de zero a 17 anos, se aprovadas, promoveriam condições favoráveis ao cumprimento das metas da ONU para esse público.

O número é menor do que as nove que retrocedem direitos já adquiridos, como implantação da Escola Sem Partido, cujo texto diz que “o currículo escolar e o trabalho pedagógico realizado pelos professores em sala de aula não devem entrar no campo das convicções pessoais e valores familiares dos alunos da Educação Básica”, além da censura sobre o material didático de educação sexual.

Os números constam na 5ª edição do Caderno Legislativo da Criança e do Adolescente, da Fundação Abrinq, lançado nesta terça-feira. No documento leva-se em conta os Projetos de Lei, Propostas de Emenda Constitucional (PEC) e demais matérias relativas à infância e adolescência.

A publicação associa as proposições legislativas prioritárias aos Objetivos de

Desenvolvimento Sustentável (ODS). Eles são parte de um acordo internacional do qual o Brasil é signatário e estabelecem 17 objetivos e 169 metas que devem ser atingidas até 2030.

A administradora executiva da Fundação Abrinq, Heloisa Oliveira, avalia como “assustadora” essa diferença no número de propostas.

— Hoje a gente convive com um número maior de propostas com uma visão superficial e equivocada do que as de fato venham a avançar na questão dos direitos da criança. Essa polêmica da Escola sem Partido trata de forma enviesada uma discussão de doutrinação. Tem coisas bem absurdas — afirma Heloísa.

São três as proposições, no entanto, que mais preocupam a Abrinq, todas relacionadas ao fortalecimento das políticas básicas, conforme destaca Heloisa. Uma delas diz respeito à constitucionalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), cuja votação está prejudicada por conta da intervenção federal na segurança do Rio de Janeiro: durante este período, não se pode fazer emenda na Constituição.

Segundo Heloisa, o Fundeb é o principal instrumento de financiamento da educação e foi criado como mecanismo provisório, cuja vigência é até 2020, tornando-se “urgente sua constitucionalização”.

O segundo ponto é a criação do sistema nacional da educação, que estava previsto para 2016 e trata do modelo de cooperação entre união, estado e municípios para a execução das políticas básicas.

A regulamentação do sistema de garantia de direito previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Eca) também seria necessária, avalia Heloisa. Segundo ela, em “momentos difíceis de convivência com a violência”, seria fundamental estabelecer claramente o papel dos atores que fazem parte do sistema de garantia do direito.

— As demais propostas são importantes, mas essas três em especial seriam estruturantes — afirma Heloísa.

Para se chegar a esses 25 projetos, a Abring acompanhou, no ano passado, 3.907 proposições relacionadas a esse público no Congresso Nacional. Dessas, pouco mais de 2,1 mil referem-se à proteção, 1,1 mil falam sobre educação e 582 estão voltadas para a área da Saúde.

Dez foram redigidas de forma bem intencionada, na avaliação da Abring, mas não surtiriam efeitos no dia a dia sem o aprimoramento do texto. Entre elas a proposta que versa sobre a criminalização do trabalho infantil e outra ainda que fala sobre combate à exploração sexual.

Entre as sete proposições que a Abring aponta estarem de acordo com os direitos da criança e do adolescente estão o combate à violência sexual, que pretende tipificar como crime as condutas de “oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de estupro”, com pena de reclusão de dois a cinco anos.

O documento destaca também que em 2016 somente 23 matérias completaram o trâmite de votações, sendo 12 sancionadas e 11 arquivadas. Os demais 2.746 textos referentes à criança e ao adolescente permaneceram em tramitação, aguardando apreciação.

Lançamento do livro O Voto Feminino no Brasil - Brasília/DF, 22/03/2018

Em homenagem ao mês das mulheres, o próximo lançamento da Edições Câmara resgata a história do sufrágio feminino no Brasil. Em linguagem descontraída e acessível, a obra expõe o histórico da luta pelos direitos políticos femininos e revisita os momentos fundamentais em que as ideias de

admissão das mulheres na vida política foram debatidas pelo Poder Legislativo.

Abordando a questão da igualdade de gênero na política, um tema bastante atual, “O Voto Feminino no Brasil” é uma obra sobre democracia e coragem civil que serve de inspiração para as mulheres, que ainda precisam lutar, resistir, elevar a voz e se fazer ouvir.



Sobre a autora: Teresa Cristina de Novaes Marques, historiadora, doutora pela Universidade de Brasília (UnB) e mestra pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora da UnB, ministra cursos sobre o Brasil colonial e republicano. Já publicou, pela Edições Câmara, o livro Perfil parlamentar: Bertha Lutz. Foi curadora da exposição *Oh, igualdade! Por que tardas?*, realizada na Câmara dos Deputados em 2016. Nos últimos anos, vem se dedicando à história parlamentar do voto feminino.

Data: 22 de março de 2018, quinta-feira, às 10h00.

Local: Salão Nobre da Câmara dos Deputados

Mais grávidas morrerão se PEC que proíbe aborto for aprovada, alertam críticos

Mais mulheres grávidas podem morrer no Brasil se o país aprovar uma lei que proíbe o aborto inclusive em casos de estupro ou quando a vida da mãe está em perigo, alertaram críticos.

[\(Reuters, 21/11/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Milhares de mulheres foram às ruas do país neste mês para protestar contra

a PEC, que tem apoio de grupos evangélicos cada vez mais influentes.

“É uma fraude dolosa de congressistas fundamentalistas que acham que seus dogmas religiosos têm que se sobrepor ao Estado democrático de direito”, disse a deputada Erika Kokay (PT-DF), que se opõe à proposta de emenda constitucional 181.

“É um absurdo, um retrocesso muito grande contra a legislação sobre os direitos das mulheres em vigor desde os anos 1940”, disse ela à Thomson Reuters Foundation.

O aborto é ilegal no Brasil, que abriga a maior comunidade católica do mundo, exceto quando a gravidez é resultado de um estupro, quando ameaça a vida da mãe ou o feto tem anencefalia - quando o bebê não tem partes do cérebro e do crânio.

Mais de um milhão de abortos são realizados em clínicas clandestinas todos os anos, e milhares de mulheres acabam hospitalizadas em decorrência de procedimentos mal sucedidos, de acordo com estimativas do governo.

Uma comissão do Congresso, que aprovou a PEC que proíbe o aborto em qualquer circunstância por 18 votos contra um no início deste mês, deve votar nesta terça-feira os destaques do projeto.

Kokay - que foi a única integrante do comitê a rejeitar o projeto e a única mulher a votar na primeira votação - disse que ela e outros políticos recorrerão à Justiça caso não consigam derrubar a medida no Congresso.

Parlamentares conservadores argumentam que a vida começa na concepção e que as leis devem proteger os direitos do nascituro a qualquer custo.

A iniciativa de criminalizar todos os tipos de aborto é parte de uma tendência da bancada evangélica de retirar direitos das mulheres em questões sociais, dizem seus críticos.

“Queremos que o Congresso garanta mais direitos e não retirá-los”, disse Jurema Werneck, diretora da Anistia Internacional no Brasil, que já coletou cerca de 40 mil assinaturas em uma campanha online contra a PEC.

Por ser um proposta de alteração da Constituição, o projeto precisa ser aprovado nos plenários da Câmara e do Senado e ser sancionada pelo presidente Michel Temer.

Deborah Duprat, procuradora federal dos Direitos do Cidadão, disse que o projeto é inconstitucional e um “ato violento” contra as mulheres que colocam suas vidas em risco.

“A Organização Mundial da Saúde afirma que o aborto inseguro é uma das principais causas de morte entre as mulheres que poderiam ser evitadas”, disse ela.

Por Karla Mendes

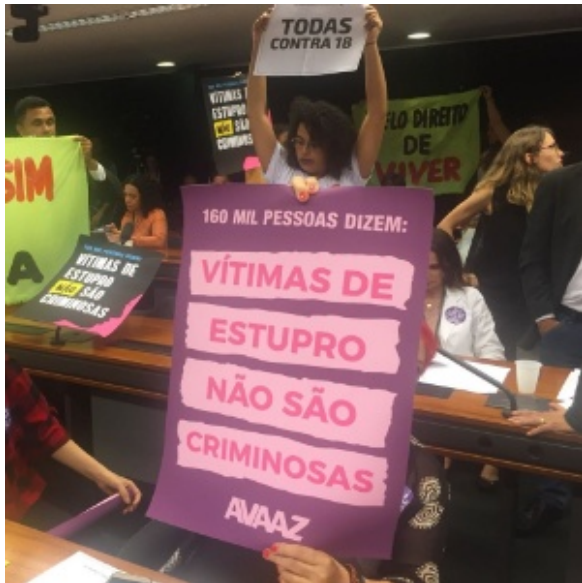
Deputados batem boca ao discutir texto que pode proibir aborto em qualquer circunstância

Cercados por manifestantes, deputados federais bateram boca nesta terça-feira (21) na comissão especial na Câmara que discute um texto com trecho que, segundo os críticos, proibiria a prática do aborto em qualquer circunstância.

[\(UOL, 21/11/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Embora marcada para as 14h, a reunião da comissão foi aberta somente por volta das 15h50, quando se atingiu o quórum de 18 deputados registrados. Isso porque o grupo contra a inclusão dos trechos se recusou a marcar presença e não queria a abertura da reunião.

No meio tempo, o presidente da comissão, Evandro Gussi (PV-SP) - a favor do texto como está - e a deputada Érika Kokay (PT-DF) - contra os trechos - discutiram sob gritos de manifestantes pela rejeição da PEC. Gussi questionou Érika como poderia modificar o texto para que fosse aceito e os destaques pendentes, votados. Ele sugeriu que os casos já previstos em lei fossem explicitados para que continuassem inalterados.



Manifestantes criticam PEC que pode proibir aborto (Foto: Luciana Amaral/UOL)

Porém, os ânimos de ambos os grupos se exaltaram no decorrer do debate e a proposta foi recusada. O deputado Flavinho (PSB-SP), a favor do texto, afirmou que o grupo pró-aborto não queria “defender as mulheres”. Em resposta, Érika falou que os trechos eram um “cavalo de troia” e que os deputados eram “mais desonestos do que pensava”. Ao redor dos parlamentares, manifestantes gritavam “assassinos”, “pela vida das mulheres” e “estupro e machismo, não”.

Na avaliação de Érika, o tema do aborto foi incluído na PEC de forma “oportunista” e não estava previsto na discussão original. Ela argumenta que a medida criaria uma prerrogativa de criminalizar o aborto em qualquer situação, pois os trechos alterados constariam na Constituição, que rege o Código Penal.

“Acham que seus dogmas são superiores aos dados científicos, à toda a constituição humana. É uma concepção misógina, covarde dos que querem utilizar instrumentos sorrateiros porque essa é uma PEC de Troia. No bojo dela não existe uma conquista das mulheres, que seria a extensão da licença maternidade para partos prematuros, mas a destruição do seu próprio direito”, argumentou. “É uma modificação na cláusula pétrea, portanto estão querendo transformar em cláusula pétrea a inviolabilidade da vida desde a concepção sem nenhuma exceção.”



Comissão também teve protestos a favor do texto (Luciana Amaral/UOL)

Gussi rebateu a tese de Érika e afirmou que os abortos nos três casos previstos não seriam alterados. Segundo ele, os trechos não modificam o Código Penal e buscam apenas reforçar a legislação já existente.

“Desde o início tínhamos certeza que o texto não interferiria nas situações de estupro e risco a gestantes. Oferecemos proposta de acordo para deixar isso ainda mais claro, mas não querem isso. Na verdade, querem o aborto”, disse.

Na discussão, a deputada Luiza Erundina (PSOL-SP) acusou Gussi de dizer que ela estaria cochilando durante a votação do texto principal ocorrida na semana passada. Ela reclamou que a afirmação era desrespeitosa e pediu que a fala fosse incluída na ata da reunião.

Entenda a PEC

A comissão foi originalmente criada para analisar [PEC \(Proposta de Emenda à](#)

Constituição) 181, de autoria do senador Aécio Neves (PSDB-MG), para estender o tempo da licença-maternidade nos casos de partos prematuros. A proposta defende que a licença seja prorrogada na quantidade de dias em que o recém-nascido passar internado limitados a 240 dias ao todo.

No entanto, o texto foi modificado pelo relator, Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP), que propôs modificações em dois artigos do início da Constituição, que tratam dos princípios fundamentais da República. No artigo 1º, Mudalen quis incluir “desde a concepção” após “a dignidade da pessoa humana”.

No artigo 5º da Constituição, Mudalen propôs incluir o trecho “desde a concepção” após o trecho “direito à vida”. Ou seja: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida desde a concepção, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes”.

Na prática, as modificações poderiam inviabilizar a prática do aborto no Brasil, inclusive nos casos em que ele já é previsto por lei: gravidez decorrente de estupro, feto anencéfalo - sem cérebro - e quando colocar a vida da mãe em risco.

Na semana passada, a PEC foi alvo de protesto de mulheres em várias cidades do país.

Na sessão de hoje, a educadora social Thelma Mello levou cartazes para a comissão com o escrito “Senhor deputado, não seja mais um estuprador” e “pela vida da mulher”. Para ela, a PEC tinha um objetivo positivo de estender a licença maternidade para mães de prematuros, mas foi desvirtuada.

“Temos um bando de deputados oportunistas que não têm nenhum compromisso com o direito reprodutivo das mulheres nem no que diz respeito à mulher. Veem a mulher como objeto, como a maioria da sociedade brasileira vê. Colocaram essa questão da vida a partir da concepção

retrocedendo até os anos 1940, que é do Código Penal, que afirma que temos direito ao aborto legal em casos de estupro, então, quando fazem isso, por meio da PEC, derrubam o Código Penal. É o avanço do fundamentalismo”, falou.

Já a publicitária Ester Luíza é a favor da PEC por entender que o aborto é crime em qualquer caso, inclusive nos previstos em lei. Na sua concepção, a mulher não pode abortar por entender que o bebê não é uma “extensão” dela.

“O direito à vida deve ser dado desde a concepção. O bebê não é uma extensão do corpo da mulher. Ela tem o seu corpo e o bebê, outro. Sou contra em todo tipo de caso, como encefalia, estupro. Não acredito que a mulher tem o direito de matar uma vida. O bebê não tem culpa do que aconteceu, não tem como se defender, é inocente. Encaro o aborto como assassinato”, afirmou.

A reunião foi interrompida por volta das 16h45 devido à ordem do dia na Casa - quando há sessão com votação em plenário, todos os outros trabalhos devem ser paralisados. Se as votações terminarem antes de meia-noite, Gussi disse que avaliará convocar a retomada da comissão especial ainda nesta terça.

Luciana Amaral

“PEC 181 impõe dogmas religiosos ao Estado laico”, denuncia deputada Erika Kokay

Única deputada a votar contra projeto apelidado de “Cavalo de Troia”, Erika Kokay diz que aprovação na Câmara dos Deputados representaria retrocesso

e profunda invisibilização das mulheres. Voltam a ser discutidas nesta terça-feira (21/11) as propostas de modificação da PEC 181/15, aprovadas pela Comissão Especial da Câmara de Deputados e que suscitaram uma onda de protestos no país. Apelidada de “Cavalo de Troia”, a PEC 181 trata da extensão da licença maternidade em caso de nascimento prematuro, mas teve seu texto modificado para incluir na Constituição o conceito de proteção da vida “desde a concepção”.

[\(Terra, 21/11/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Na prática, essa modificação restringiria completamente o aborto no país, inclusive em casos já permitidos pela legislação. Desde 1941, a interrupção da gravidez é permitida quando há de risco de morte para a mulher ou é fruto de estupro. A partir de 2012, a intervenção também foi legalizada em casos de fetos anencéfalos.

O texto modificado da PEC181/15 foi aprovado no dia 8 de novembro por 18 votos a um. O voto contrário foi da deputada Erika Kokay, única mulher a votar na comissão. Em entrevista à DW Brasil, ela fala sobre o impacto dessa PEC para as mulheres brasileiras.

Deutsche Welle: O que representa para a vida das mulheres brasileiras a PEC 181/2015, cuja principal modificação aponta “a inviolabilidade do direito à vida desde a concepção”?

Erika Kokay: Ela representa um profundo retrocesso, uma profunda invisibilização das mulheres. É preciso dizer de forma muito nítida que nós, mulheres, existimos; não somos só um útero; somos pessoas e que a nossa vida importa. Nós já nascemos numa sociedade machista e sexista, sem o controle sobre os nossos corpos. Os homens nascem com um corpo lhes pertencendo, mas nós, mulheres, lutamos todos os dias para ter o domínio sobre nossos corpos, que são agredidos por um índice estimado de 500 mil estupros todos os anos. Pela PEC 181/15 como está redigida hoje, ainda que a mulher morra, que a gravidez seja fruto de um estupro, ou ainda que o feto seja anencéfalo, a mulher seria obrigada a manter essa gravidez.

DW: Se for aprovada, qual seria o seu impacto sobre a mortalidade das

mulheres no país?

EK: Não estamos discutindo a possibilidade ou não de avanço na legislação que assegura os direitos da mulher ao aborto voluntário, mas sim o retrocesso do que já existe há mais de 70 anos. Os fundamentalistas, que acham que possuem os nossos corpos e que invisibilizam as mulheres, estão trabalhando de forma dolosamente fraudulenta para retirar direitos das mulheres baseados em seus dogmas religiosos. Eles propõem um rompimento do Estado laico ao impor seus dogmas religiosos, impondo-os contra a própria Constituição.

Além disso, com essa proibição, estarão negando também a existência do aborto no Brasil. Ora, em um país onde temos como uma das principais causas de morte de mulheres o aborto inseguro, isso vai permitir que a prática continue na clandestinidade e, conseqüentemente, não seja alvo de políticas públicas. Inclusive, o desenvolvimento de um planejamento familiar seria um outro tema também a ser excluído das políticas públicas com essa PEC. Parte desses deputados fundamentalistas que estão defendendo esse crime contra as mulheres são também contra o planejamento familiar ou até mesmo contra ministrar a pílula do dia seguinte para vítimas de estupro. Com essas medidas, nega-se, na prática, que há abortos no país.

DW: A proibição absoluta do aborto é apoiada por uma parte significativa da sociedade. A que se deve isso, na sua opinião?

EK: Isso é consequência de uma sociedade que ainda não fez o luto do colonialismo, onde os donos das terras, os amigos do rei, se sentiam igualmente donos das mulheres. Esse é um reflexo de uma sociedade que tira da mulher o direito de decisão sobre sua própria vida e seu próprio corpo. A legislação atual não obriga a mulher a interromper a gravidez, ela apenas possibilita a intervenção e dá respaldo legal em determinados casos. Creio que a maioria da população não está a favor do retrocesso na legislação do aborto nos casos já permitidos, embora seja contra a legalização do aborto em todos os casos.

DW: Quem se beneficiaria com a aprovação dessa proposta de emenda constitucional modificada?

EK: Os parlamentares que fazem essa defesa montaram um discurso fundamentalista que subalterniza e invisibiliza as mulheres. Eles estão prestando contas das propostas de campanha construídas para se elegerem. Eles tentam se beneficiar reafirmando o compromisso com dogmas e propostas que defenderam em palanques macabros. As mulheres não se beneficiam com isso, a sociedade também não. Com isso, você estimula o clima de ódio misógino, consequência de uma cultura do medo. Um ódio que parte do feminicídio simbólico - quando se busca retroceder na legislação - e atinge o feminicídio literal - sempre precedido do simbólico num processo em curso de desumanização das mulheres.

DW: Na votação do último 8 de novembro, a senhora foi a única voz feminina contrária às mudanças propostas para a PEC181/15 em meio a 18 votos a favor. Por que não havia mais mulheres na votação?

EK: Eu não fui a única mulher a discutir, mas fui a única a conseguir votar a tempo. Participaram de forma muito ativa da discussão antes da votação Jô Moraes (PCdoB-MG), Luiza Erundina (PSOL-SP), Jorge Ssola (PT-BA) e eu. A comissão foi suspensa em um determinado momento, retornando em seguida para concluir a discussão e começar com a votação. De forma deliberada, quando o quórum de 18 votos necessário para validar a proposta foi atingido, a votação foi encerrada e não houve tempo para os outros parlamentares votarem. Os deputados Jô Moraes e Jorge Ssola solicitaram o direito ao voto, mas isso lhes foi negado. Essa manobra foi feita de propósito para construir uma unanimidade. Se houvesse o mínimo de tempo possível para todos votarem, penso que teríamos outros votos contra essa PEC, ainda que fôssemos uma flagrante minoria.

Ainda é necessário esclarecer que a construção dessa comissão, desse golpe, surgiu depois da decisão do Supremo Tribunal Federal de descriminalizar o aborto em até 90 dias de gestação. Houve, então, a pressão para formar essa comissão e sacaram uma PEC já existente e que não tinha nenhuma relação com a interrupção da gravidez. Essa atitude desses deputados dificulta, inclusive, a aprovação de uma PEC que é necessária para bebês prematuros e suas mães, colocando em risco uma proposição importante para o país. Isso é um desrespeito às mulheres, à Constituição, às mães de prematuros e a esses

bebês.

DW: As deputadas e senadoras se unem o suficiente no Congresso em torno de temas de interesse das mulheres?

EK: Há duas unidades aqui na Câmara numa bancada heterogênea: uma delas diz respeito ao aumento da representação política das mulheres - com a qual estamos de acordo de forma unânime; e a outra diz respeito ao combate à violência contra as mulheres. Mas há percepções muito diferentes do que seria violência contra a mulher na bancada do Congresso. Por exemplo, eu considero esse relatório uma violência contra as mulheres. Mas o tema de violência doméstica contra a mulher guarda muita unidade na bancada. Além dessas duas vertentes, vejo que temos dificuldades em buscar um consenso feminino aos temas relacionados aos interesses das cidadãs brasileiras.

DW: Como está sendo interpretada a mobilização pública de milhares de mulheres contrárias à aprovação da PEC 181/15 desde o dia 8 de novembro?

EK: A mobilização da sociedade é absolutamente fundamental. São as mulheres que, quando se mobilizam, não conquistam apenas os seus direitos, mas também os direitos de toda a sociedade, reafirmando, com isso, a democracia. Nós não temos uma democracia representativa que seja digna da sociedade brasileira. Esse Parlamento é um pacto de casacas, cartolas e bengalas. Portanto, ele está muito distante do que é uma democracia representativa e necessitaria de uma reforma política mais profunda. Por isso, é necessária a mobilização popular das mulheres, para afirmar “a nossa vida importa e nós queremos deliberar sobre os nossos direitos”.

Os homens não podem se apossar do nosso destino, da nossa vida, não podem reafirmar uma lógica sexista e machista que provoca tantos feminicídios e tantas desumanizações. A discussão de direitos das mulheres é estruturante, porque mais de 50% da população brasileira é composta por mulheres. Por não serem donas de seus corpos, do seu próprio destino e reconhecidas como sujeitos - uma vez que reconhecemos nossa humanidade somente na liberdade - elas se encontram em um estado de desumanização que alastra por todas as camadas sociais, apostando na perenização de uma sociedade

extremamente violenta.

Fonte: Deutsche Welle

PEC do aborto é retrocesso inaceitável, por O Globo (editorial)

Num projeto que trata da extensão do prazo de licença-maternidade para mães de prematuros, foi embutido texto que proíbe o aborto mesmo nos casos previstos em lei

Delineia-se no Congresso Nacional uma manobra que representa um risco para a saúde da mulher. O texto-base da Proposta de Emenda à Constituição 181, que proíbe todos os tipos de aborto, mesmo os amparados pela lei, foi aprovado, no dia 8 de novembro, em comissão especial da Câmara dos Deputados. E a votação dos destaques deve ser concluída nos próximos dias. Na verdade, o tema central da PEC é a extensão do prazo de licença-maternidade (de 120 para até 240 dias) às mães de prematuros, mas a polêmica ganhou forma porque ela estabelece que a vida começa já no momento da concepção. Entende-se que o projeto, do jeito que está, leva à criminalização total do aborto no país. O que representaria um recuo na atual legislação.

Hoje o aborto é permitido em casos de estupro; se há risco para a gestante e quando o feto é diagnosticado com anencefalia — este último, a partir de 2012, por decisão proferida em julgamento de uma ação pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

O texto-base foi aprovado por 18 votos a um, recebendo apoio maciço da bancada evangélica, que ocupa mais de 20 das 33 cadeiras da comissão

especial. A decisão deflagrou uma guerra entre parlamentares mulheres e membros da comissão. Para a deputada Erika Kokay (PT-DF), única a votar contra, a frase embutida na proposta — já apelidada de PEC Cavalo de Troia — representa uma fraude. “E digo fraude porque se utilizaram de uma proposta meritória, fundamental, para poder introduzir a retirada de direitos das próprias mulheres”.

Não deixa de ser contraditório que, ao participar de um evento internacional no Chile, no dia 8, o governo brasileiro tenha enfatizado sua posição sobre aborto, ressaltando o fato de o Sistema Único de Saúde (SUS) atender aos casos previstos em lei, como mostrou reportagem do GLOBO. Marise Nogueira, chefe da Divisão de Temas Sociais do Itamaraty, disse que a mudança na legislação contraria compromissos internacionais assumidos pelo país.

Enquanto o projeto avança no Congresso, crescem nas ruas os protestos de movimentos de mulheres. No último dia 13, foram registradas manifestações contra a PEC 181 em pelo menos 30 cidades do país. Mesmo no Congresso, o assunto gera polêmica. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, já escreveu em sua rede social que a proposta não entrará em pauta se proibir o aborto em casos de estupro, um crime hediondo.

É preciso ficar claro que o aborto é uma questão de saúde pública. Estima-se que a cada dois dias uma mulher morre no país, vítima de aborto clandestino. Não se pode ignorar essa realidade. Trata-se de um problema que precisa ser discutido racionalmente pela sociedade. Nesse sentido, as mudanças previstas pela confusa PEC 181 são um retrocesso desastroso, para a saúde pública, para as mulheres e para o país.